



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Violências de Estado, saúde mental e gênero

Autoria: Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

O objetivo da proposta é refletir sobre os modos de articulação entre Gênero, Violência e saúde mental, tendo como foco as violências protagonizadas pelo Estado e a produção de um sistema de violência de gênero. Em um primeiro momento serão problematizadas formas de reprodução e produção de violência de gênero no âmbito do Estado e das políticas públicas, em suas diferentes frentes de atuação, entre elas as instituições de acolhimento ou encarceramento (de crianças e adolescentes, psiquiátricas, penitenciárias, etc.); os órgãos de segurança pública e as polícias; o sistema judiciário, e diversas outras frentes de atuação do Estado e das políticas públicas. O foco da reflexão serão os efeitos da política de drogas, sintetizada no programa de 'guerra às drogas?', e suas articulações tanto com as políticas de saúde mental quanto com formas de sofrimento social desencadeadas a partir da atuação do Estado. Serão discutidas questões como os modos de agir das polícias nas periferias; as formas de criminalização de famílias inteiras e a ideia do crime como mancha familiar; o aumento exponencial do encarceramento das mulheres. Em geral as questões de gênero, saúde mental e violência têm sido pensadas a partir da violência de gênero e de seus efeitos no campo da saúde mental das mulheres agredidas. O Estado (e as políticas e instituições públicas) entram nessa temática a partir do debate sobre como enfrentar a violência, criminalizar o agressor e construir dispositivos de acolhimento das mulheres ? inclusive no plano do atendimento à saúde mental. O objetivo desta proposta é de pensar um outro aspecto da relação do Estado com as violências de gênero, que são as formas de violência institucional e do Estado sobre as mulheres: a dimensão de gênero da violência de Estado, particularmente em relação aos efeitos da política de drogas ? que mais recentemente embute com ela uma



nova política nacional de saúde mental. Pretende-se, ainda refletir sobre os desdobramentos de certos regimes biopolíticos em formas de poder disciplinar e, para além destas, para formas de exercício de um poder soberano por parte do Estado e seus agentes, em que as biopolíticas se materializam em verdadeiras políticas da morte.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: